

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na(s) **folha(s) de texto definitivo** correspondente(s).
- No **Caderno de Textos Definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Na avaliação da dissertação, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **5,00 pontos**, dos quais até **0,25 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado). Em cada questão, esses valores corresponderão a **2,50 pontos** e **0,15 ponto**, respectivamente.

DISSERTAÇÃO

Com base nos dispositivos normativos aplicáveis, redija um texto dissertativo esclarecendo, de forma fundamentada, se é possível a concessão de remissão, isenção ou anistia de crédito tributário que decorra da prática de um crime [**valor: 2,05 pontos**]. Em seu texto, diferencie remissão, isenção e anistia [**valor: 1,20 ponto**] e discorra sobre o princípio do *non olet* e sua aplicação no caso de crédito tributário que decorra da prática de um crime [**valor: 1,50 ponto**].

DISSERTAÇÃO – RASCUNHO 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

DISSERTAÇÃO – RASCUNHO – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

QUESTÃO 1

Lei distrital fixou para o DF limites para as dívidas consolidada e mobiliária, para operações de crédito e para concessão de garantias, em patamar inferior ao previsto no plano federal para os demais entes da Federação.

A partir da situação hipotética anteriormente apresentada, e tendo como base o entendimento majoritário do STF, elabore um texto respondendo, de forma justificada, aos seguintes questionamentos.

- 1 Houve invasão da competência legislativa da União no caso apresentado? [valor: 0,75 ponto]
- 2 A citada lei distrital usurpou competência do Senado Federal? [valor: 0,85 ponto]

Em sua resposta, indique e comente os dispositivos constitucionais e legais aplicáveis. [valor: 0,75 ponto]

QUESTÃO 1 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 2

Empresa sediada em Brasília – DF possui diversos estabelecimentos comerciais que vendem produtos de consumo para consumidores finais. Ao efetuar vendas a pessoas físicas, em dezembro de 2019, a empresa identificou que tinha apurado de forma errônea determinadas operações realizadas com pessoas físicas e efetuou espontaneamente o recolhimento do valor correto do tributo. Ao verificar tal situação, um auditor da Receita do Distrito Federal iniciou processo administrativo fiscal específico, em janeiro de 2020, para apurar outras operações, tais como a saída de mercadoria para outro estabelecimento de titularidade da mesma empresa e a aplicação de alíquotas do ICMS, lavrando auto de infração.

No âmbito do processo administrativo, a Receita do Distrito Federal entendeu que não ocorreu denúncia espontânea, sob o argumento de que já havia sido instaurado processo em julho de 2019, a fim de que fossem realizados atos administrativos de monitoramento destinados a verificar o cumprimento espontâneo da legislação tributária mediante a verificação periódica dos níveis de arrecadação dos tributos administrados pela Subsecretaria da Receita da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, em função do potencial econômico-tributário dos contribuintes.

Diante dessa situação, a empresa pretende praticar atos, no âmbito do processo administrativo fiscal, para arguir a inconstitucionalidade da incidência de ICMS sobre a saída de mercadoria para estabelecimento do mesmo titular, alegando que isso consiste em bitributação, bem como o seu enquadramento como contribuinte atacadista nas operações com pessoas físicas no regime previsto na Lei distrital n.º 5.005/2012 e a possibilidade de acolhimento da denúncia espontânea em relação aos valores recolhidos em dezembro de 2019.

Considerando a situação hipotética precedente, elabore um texto atendendo, de forma fundamentada, ao que se pede a seguir.

- 1 Aborde os instrumentos de que dispõe o contribuinte para discutir os argumentos expostos no âmbito do processo administrativo fiscal. **[valor: 0,60 ponto]**
 - 2 Informe se pode incidir ICMS sobre a saída de mercadorias para estabelecimentos do mesmo titular e se é possível a contraposição ao argumento do contribuinte no âmbito do processo administrativo fiscal. **[valor: 0,75 ponto]**
 - 3 Esclareça se é possível a aplicação do regime de apuração do ICMS previsto na Lei distrital n.º 5.005/2012 para contribuintes atacadistas nas referidas operações. **[valor: 0,50 ponto]**
 - 4 Responda se é possível a aplicação da denúncia espontânea em relação aos valores recolhidos em dezembro de 2019. **[valor: 0,50 ponto]**
-

QUESTÃO 2 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	